



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR-0046.15.072978-1

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 12 dias do mês de maio de 2016, às 19h00min, nas dependências da Escola Municipal Cândido Portinari – CAIC, situada na Rua Antônio Geroslau, nº 531, Cidade Industrial de Curitiba – CIC, Curitiba Paraná, tiveram início os trabalhos de Audiência Pública, nos autos de P. A. nº MPPR-0046.15.072978-1, sob a presidência da Promotora de Justiça, Dra. Swami Mougnot Bonfim.

PARTICIPANTES: Assinalou-se a presença da comunidade local, conforme lista em anexo, e dos seguintes órgãos públicos e representantes notificados: a) Administração Regional da CIC, Sr. Everton Vargas Pinto, Administrador Regional; b) Diretoria de Transporte da Urbanização de Curitiba S/A – URBS, Sr. Daniel Ricardo Andreatta Filho; c) Distrito Sanitário da Cidade Industrial de Curitiba – Sra. Cyntia Calixto Fraiz, Diretora; d) Conselho Local de Saúde – UMS Sabará – CIC, Conselheiros Ana Luiza B. Curi e Paulo Sérgio Teodoro; e) Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, representado pela Sra. Ariadne G. Matteimanzi. Convidados: a) Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, Dra. Aline Bilek Bahr, Promotora de Justiça, ausente; b) Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Dr. Sérgio Luiz Cordoní, Promotor de Justiça - justificou ausência em razão de compromisso anterior no TRE. Inicialmente, a Presidente declarou aberta a Audiência Pública agradecendo a presença da comunidade e dos representantes dos órgãos convidados, Secretaria de Justiça – SEJU, Senai-CIC, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, SEDS. Dando prosseguimento, ressaltou que a Audiência Pública é um instrumento para auxiliar a comunidade na defesa dos seus direitos e garantias fundamentais. Ressaltou que o Ministério Público oferece um canal de participação para a comunidade, bem como a comunicação direta com os

Audiência Pública – Região CIC, ocorrida em 12/05/2016.

Página 1



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR-0046.15.072978-1

órgãos públicos e privados (direito à informação). Após a chamada dos notificados, a Presidente destacou os seguintes assuntos a serem abordados, conforme a pauta: **1) Transporte Público:** irregularidades linha Frigorífico/Fazendinha; - oferta/demanda quanto ao número de ônibus na linha Mário Jorge. **2) Educação/Obras Públicas:** construção de escola para crianças com deficiência; - obras na escola municipal Colônia Augusta – muros/pisos/cancha. **3) Saúde Pública:** Unidade de Saúde Sabará – “insuficiência de profissionais”; - castração de animais, nas proximidades do conjunto habitacional Moradias Aquarela. **4) Outros encaminhamentos:** arruamento entre as ruas Bernardo Meyer e Prof. Algacyr M. Mader – Nova Barigui; - irregularidades ambientais da empresa Essencis Soluções Ambientais S/A. Dando início ao primeiro item: TRANSPORTE a Presidente informa recebido ofício/resposta da URBS, comunicando a regularização pela mesma quanto às paradas irregulares defronte ao Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Mário Covas; relativamente a demanda de ônibus, foi recebido o ofício nº PGU/914/2015 o qual esclareceu que foi realizada avaliação em data de 27/10/2015 nas linhas 721-Mario Jorge e 714-Vila Marisa, cujo itinerário são coincidentes em 95% do trajeto, afirmando que a oferta está compatível com a utilização, passando a palavra ao representante da URBS para esclarecimentos. O Sr. Luiz Filla ratificou as informações prestadas por ofício, acrescentando, ainda, que o critério de dimensionamento é a demanda manifestada, sendo que inclusive o que tem ocorrido é a diminuição do número de passageiros nas regiões em que houve demissão em massa de funcionários da empresa Volvo, o que poderá acarretar reflexo na oferta de ônibus. Uma moradora da região do Moradias Corbélia, reclamou que faz falta uma linha direta para o terminal. O Sr. Luiz Filla respondeu que na avaliação de utilização da linha não se detectou a necessidade, porque não é funcional, pois geralmente os passageiros preferem o intervalo mais



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR-0046.15.072978-1

curto entre os ônibus que a linha direta. Na sequência, no segundo item: EDUCAÇÃO-OBRAS, cujas providências haviam ficado sob a responsabilidade do Administrador, Sr. Everton, a Presidente fez a leitura das respostas aos ofícios expedidos pela Promotoria das Comunidades, a qual posteriormente, abriu a palavra para manifestação do Sr. Celso Irineu Monteiro, Presidente do COCEC, entidade mantenedora da Escola Nilza Tartuce, de modalidade de educação especial, que, a pedido da Presidente, explanou brevemente sobre trabalho realizado pela escola no atendimento às crianças com necessidades especiais e intelectuais, realizando estimulação de pessoas com deficiência mental e física. Informou que a escola funciona há 50 anos; que a entidade recebe recursos governamentais e privados/doações, e encontra-se reconhecida pela Unesco. Na sequência, a Presidente esclareceu que a presença de representante da Escola Nilza Tartuce deve-se à solicitação de concessão de alvará para ampliação da mesma, em área de sua propriedade, na região CIC-Passaúna. Assim, a palavra foi dada ao Administrador Regional, Sr. Everton, o qual informou que após a última audiência, realizou reunião com a Secretaria Municipal de Urbanismo e que ficou constatado que a área apresentada pelo Sr. Celso, para construção de escola, se trata de Área de Proteção Ambiental – APA, dizendo que são dois lotes grandes, “sem subdivisão documental”, e os demais proprietários não demonstram interesse em fazer alteração; que o Conselho Municipal de Urbanismo negou a autorização, porque é preciso subdividir a área, prevendo, inclusive, arruamento. Falou sobre o pedido de ampliação do refeitório e que a Secretaria Municipal do Urbanismo reuniu-se com o Sr. Celso e pediu documentação referente ao projeto de construção a ser levado pelos engenheiros do requerente. O Sr. Celso pediu a palavra e disse que foi orientado a comparecer na Sede da Prefeitura Municipal de Curitiba para falar com o Sr. Leonardo e este informou que deveria ser feito um



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR-0046.15.072978-1

pedido de usucapião. A Presidente esclareceu tratar-se o terreno de parte ideal de um terreno em copropriedade com outros condôminos, sendo necessário a concordância de todos para qualquer alteração do registro, assim, disponibilizou-se a auxiliar na composição de acordo em eventual reunião entre as partes interessadas, com a presença do Administrador Regional. Relativamente as obras na escola Colônia Augusta, a Sra. Viviane de Fátima Estegues, chefe da Educação CIC, informou que a realização de obra de construção da cobertura da quadra de esportes do colégio já está prevista em orçamento para 2016, atualmente está em fase de licitação do projeto da obra, depois será realizada a licitação da empresa até o final do segundo semestre, com execução prevista para 2017; quanto ao piso, informou que a reforma pode ser feita com o fundo rotativo, que toda escola recebe da Prefeitura, e que depende da Diretora priorizar decidindo junto com o Conselho da Escola, do qual, o interessado Sr. Fernando "Cabelo" faz parte; que a partir de 20 de maio o recurso do fundo rotativo será repassado à Escola; que o muro se encontra em fase final de obra. Passando-se ao terceiro item da pauta: SAÚDE PÚBLICA, após a informação quanto às respostas encaminhadas, a Presidente passou a palavra aos representantes da Administração Regional, Distrito Sanitário e Conselho Municipal de Saúde. Primeiramente, a Sra. Cyntia, Diretora do Distrito Sanitário, falou que o número da equipe da Unidade de Saúde Sabará atende o critério do Ministério da Saúde, entretanto reconhece que há um deficit de 2 enfermeiros e 2 auxiliares de enfermagem, os quais estão em fase de chamamento pelo último concurso, que ocorrerá até agosto do corrente ano; explicou que a partir de um estudo estatístico realizado pelo Distrito Sanitário e pela ocorrência de novas ocupações em março/2016, sinalizaram à Secretaria de Saúde que o número de profissionais deverá ser aumentado; comentou que existe um espaço físico da FAS, no Moradias Corbélia, que poderá ser utilizado futuramente,



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR-0046.15.072978-1

caso haja uma nova equipe de saúde; O Sr. Paulo, do Conselho Local de Saúde, informou que tem déficit de 4 a 5 agentes comunitários de saúde; que são 4 médicos da Prefeitura, mais 2 médicos do Programa Mais Médicos e um voluntário, professor na Unipositivo. A Sra. Cyntia disse que os dados do IBGE, que regem as diretrizes, pelo Censo/2010, projetou 12000 (doze mil) pessoas para a Unidade, mas que eles trabalham com número de pessoas cadastradas, atualmente de 15627, o que gera uma média de 3 mil pessoas por médico. O Sr. Paulo avalia que tem muito mais de 15 mil pessoas. A Presidente, retomando a palavra fez constar em Ata que, complementando o Ofício 4727/2015 – ASS.SMS, a Diretora Cyntia informa que há um deficit de 2 enfermeiros, 2 auxiliares de enfermagem e 4 agentes comunitários de saúde na Unidade Sabará. A Sra. Cyntia falou que a média é de 2000 consultas médicas/mês; que a Unidade foi ampliada fisicamente, mas foi sobrecarregada com as ocupações. O Sr. Paulo pergunta o motivo das vagas livres dos agentes de saúde não serem substituídas. A Sra. Cyntia falou que quando ocorreram as saídas dos agentes, eles ainda eram funcionários do IPCC e que somente agora passarão a ser servidores da Secretária Municipal de Saúde. O Administrador informou que foi realizado concurso para as contratações. A Sra. Cyntia, depois de questionada pela Presidente, afirmou que serão mantidas as 18 vagas de agentes já existentes. O Sr. Paulo reclamou do número de agentes, pois afirma que é insuficiente há 10 anos, solicitando esclarecimento junto ao IPCC. A Sra. Cyntia falou que quanto a abrangência de atuação dos agentes a região está devidamente coberta pelo serviço, bem como o contrato com o IPCC já está sendo encerrado e a Prefeitura já assumiu a responsabilidade pelas contratações. A Presidente informa que a Promotoria de Justiça vai buscar esclarecimentos quanto ao fato. Na sequência passou a palavra ao Sr. Peterson, da Rede de Proteção Animal, o qual informou que já foi assinado projeto para castração de 7 mil animais.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR-0046.15.072978-1

através de chamamento público, que resultou em projeto Castramóvel, formada por equipe de veterinários de São Paulo e que até o final de junho a unidade deve iniciar a circulação; que a primeira Regional a ser atendida será Tatuquara, (Caximba e Rio Bonito), depois Cidade Industrial – CIC, e que se tudo “correr bem” em julho e agosto estarão nesta região; que existe um cronograma: CRAS Vila Sandra, CRAS Vila Verde e CRAS Nossa Senhora da Luz; após questionado, pelo Sr. Fernando, o representante da Rede de Proteção Animal falou que sobre os animais abandonados, eles buscarão contatos com protetores de animais para que recolham os animais para castração e cuidados posteriores, para somente depois poderem soltar novamente; Passou o contato para cadastramento de protetores, indicando o endereço eletrônico protetoraschw@gmail.com, para deixar nome, telefone e área de atuação; a previsão é que ocorram 150 castrações/dia; Informou que o Centro de Zoonoses recolhem cães agressivos de rua: raças perigosas e cães grandes; se considerados agressivos ficam recolhidos, pois para eutanásia, há necessidade de uma junta de 3 veterinários; que pensam em criar um Centro de Referência para Atendimento à Animais Recolhidos, pois hoje não existe unidade mantenedora de animais; que atualmente a proteção a animais é política pública, ou seja, tem de ser mantida independente da gestão. A Presidente, antes de passar para o próximo tema, solicitou a manifestação da representante da SEJU, na área de UPS – Cidadania, Sra. Maria Goretti, que informou que em parceria com o Ministério Público, apoiam a Polícia Militar nas Unidades Paraná Seguro, articulando atendimentos de diversas Secretarias em mutirões de serviços e ações lúdicas. Destacou que na região da CIC existem 5 UPS's; divulgou a próxima ação de serviços que será realizada em 20/05 na Vila Osternack, ressaltando que haverá vacinação, gratuita, para cães. A Sra. Regina, moradora, questiona o motivo da UPS – Vila Verde estar desativada, sendo esclarecida pelo Tenente Comandante da



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR-0046.15.072978-1

2ª CIA, que foi feita uma reportagem inverídica e maldosa que divulgou essa informação, pois a Unidade nunca ficou fechada, desde os 2 anos que está no comando; que um único momento em que a porta estava fechada o fotógrafo fez o registro e a publicou, sendo que sindicância foi aberta para apuração, mas nunca ocorreu o fechamento; que aumentaram o efetivo com mais 2 policiais no período noturno, porque houve aumento de ocorrências violentas na região. A Sra. Regina pergunta como funcionam as viaturas. O Tenente respondeu que atendem as 3 áreas, Vila Verde, Caiuá e Sabará, mas que não têm efetivo para 3 viatura; que possuem módulo móvel das 7 as 19 horas como 3ª viatura, quando 2 circulam 24 horas. Questionado pela Presidente, o Tenente informou que o CONSEG CIC está sendo formado e que a eleição será realizada em 15/06/16, destacando que ele é membro nato. O Tenente destacou que 60 novos policiais estão em fase de formação e que estes serão deslocados para a região da CIC. A representante da SEDS, Sra. Elenice, em nome da Secretária Fernanda Richa, parabenizou a Promotoria pela iniciativa na realização das Audiências Públicas. Relativamente ao quarto item: OUTROS ENCAMINHAMENTOS, a Presidente, após informar a resposta, concedeu a palavra ao representante do IPPUC para esclarecer acerca da solicitação de abertura de rua. A Sra. Raquel, chefe de Setor de Planejamento Viário, esclareceu que não há diretriz de aruamento para a área solicitada; que não há planejamento para abertura de rua; que há desnível de aproximadamente 2/3 metros, o que impede projetar a abertura da rua, além da existência de lotes particulares que teriam que ser desapropriados. Ressaltou que os lotes daquela quadra já têm acesso à rua e que não compreendem o motivo da solicitação. O Sr. Davi Prodelik, demandante, não compareceu na presente Audiência.

Quanto às irregularidades ambientais noticiadas, as quais estariam sendo praticadas pela empresa ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S/A, a Presidente



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR-0046.15.072978-1

comunicou à solicitante, Sra. Chiley, e aos demais presentes, que a 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente - Curitiba ingressou, em 2014, na 5ª Vara da Fazenda Pública, com a Ação Civil Ambiental com pedido de liminar nº 0003630-06.2014.8.16.0179, em face da aludida empresa, do MUNICÍPIO DE CURITIBA e do INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ -IAP informando, inclusive, que a referida ação é acompanhada pela Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária - AMAR. Anunciou que maiores informações podem ser solicitadas na 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, situada à Rua Marechal Deodoro, nº 1028, 10º andar, Centro, Curitiba, com Dr. Sérgio Cordoni, Promotor de Justiça. O Sr. Marcos Vinicius, da SMMA, esclareceu que as atividades da empresa Essencis funcionam apenas na área denominada, pelo técnico, "fase 1", que possui autorização de funcionamento. Ressaltou que a Secretaria tem interesse em fiscalizar e direcionar pessoas para constatação do odor, conforme reclamações de moradores da região, a exemplo da Sra. Chiley, que pediu a palavra e fez a reclamação. A aludida senhora falou que a ocorrência do mau cheiro não tem horário certo. O Sr. Marcos esclareceu que isto dificulta o trabalho da equipe da Secretaria. O Administrador, tomando a palavra, falou que já foram realizadas diversas vistorias de órgãos ambientais (IAP-SMMA), nas quais se avaliou que o odor não é da empresa Essencis. A Sra. Chiley informou que o mau odor ocorre na maioria das vezes de noite ou durante a madrugada, de duas a três vezes por semana, mas não observou se tem algum dia específico. A Presidente sugeriu a possibilidade de formação de comissão de moradores e representantes públicos para visitar a empresa Essencis. O Sr. Marcos e a Sra. Chiley se comprometeram a mobilizar representantes para realização de visita à Essencis. O Administrador comentou que as empresas COCELPA e SERQUIP, e outra que não sabe o nome, localizadas em Araucária, emitem gases e a Regional CIC já pediu à Prefeitura de

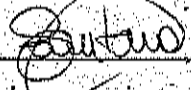



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR-0046.15.072978-1

lá tome providências. O representante da SMMA, Sr. Marcos, informou que foi feita uma sindicância, recém-concluída, que não detectou irregularidades na empresa Essencis. A Sra. Cintya, Diretora do Distrito Sanitário, disse que por parte da Vigilância Sanitária, também não foram constatadas irregularidades. A Presidente fez os agradecimentos finais. A presente audiência encerrou-se às 21h30min. Eu, Vanessa Milene de Santana,  Assessora de Promotor lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.


Swami Mougénol Bonfim
Promotora de Justiça

Administração Regional CIC

Diretoria de Transporte da Urbanização de Curitiba S/A – URBS

Distrito Sanitário da Cidade Industrial de Curitiba

Conselho Local de Saúde – UMS Sabará – CIC

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC